



Guia Ciarb Brazil de uso de **depoimento escrito** de testemunha de fato: *Termo de Arbitragem, ordem processual, cronograma e depoimento*



Guia Ciarb Brazil para el uso de **declaraciones escritas** de testigos de hechos: *Acta de misión, orden procesal, cronograma y testimonio*



Ciarb Brazil Toolkit on Written Witness Statements: *Terms of reference, procedural order, schedule and witness statement*

Versão em português

03

Versión en Español

34

English Version

66

São Paulo, 03 de outubro de 2025

São Paulo, October 3rd, 2025.

São Paulo, 3 de octubre de 2025.



Guia Ciarb Brazil de uso de **depoimento escrito** de testemunha de fato:

*Termo de Arbitragem, ordem processual,
cronograma e depoimento*

Publicado em:
Outubro de 2025

Produção:
Working Group do
Ciarb Brazil Branch

Contato:
secretary@ciarb-brazil.org
@ciarb.brazil

SUMÁRIO

Linha do tempo	05
O projeto	06
Membros do <i>Working Group</i>	08
Anexo I – Modelo de cláusula para Termo de Arbitragem ou Ata de Missão	09
Anexo II – Cronograma para o processo arbitral	12
Anexo III – Minuta de Ordem Processual para regulação do depoimento escrito	16
Anexo IV – Modelo de depoimento escrito	22
Anexo V – <i>Check-list</i> para a utilização do depoimento escrito	26
Documentos de suporte	33

LINHA DO TEMPO

- **05.05.2024** – Apresentação do projeto sobre depoimentos escritos pela diretoria de educação para a presidência do Ciarb Brazil Branch
- **15.05.2024** – Primeira reunião aberta: Identificação dos desafios com a ferramenta (@CBMA)
- **18.06.2024** – Segunda reunião aberta: Debates comparados América Latina e EUA (@Hub LDCM)
- **27.08.2024** – Terceira reunião aberta: Questões técnicas e procedimentais (@CAM-CCBC)
- **02.09.2024** – Início da pesquisa internacional sobre depoimentos escritos em arbitragem
- **27.09.2024** – Quarta reunião aberta: A interação com outros meios de prova (@FIESP/CIESP)
- **16.10.2024** – Evento público: Perspectiva internacional sobre os depoimentos escritos (SPAW @ Demarest)
- **27.05.2025** – Aprovação do relatório preliminar da Equipe de Coordenação
- **27.05.2025** – Aprovação do relatório da pesquisa internacional
- **27.05.2025** – Formalização e início dos trabalhos do *Working Group*
- **14.08.2025** – Primeira reunião do *Working Group*
- **29.08.2025** – Segunda reunião do *Working Group*
- **25.09.2025** – Terceira reunião do *Working Group*
- **03.10.2025** – Aprovação do resultado dos trabalhos do *Working Group*

Ô PROJETO

Durante o ano de 2024, o Ciarb Brazil Branch estruturou um projeto institucional dedicado ao estudo da utilização do depoimento escrito da testemunha de fatos na arbitragem doméstica brasileira e na arbitragem internacional. A escolha do tema se justificou pela crescente adoção da ferramenta nas arbitragens brasileiras, em especial naquelas de perfil mais complexo ou com influência de práticas internacionais. O projeto buscou promover um ambiente de discussão plural e técnico, com vistas a identificar boas práticas, lacunas normativas e alternativas para o desenvolvimento das técnicas de produção de provas utilizadas internacionalmente e que, na prática, se mostram úteis e eficientes em disputas domésticas.

A par de quatro reuniões principais, abertas a todos os interessados e com a participação de convidados com experiência no tema¹, o Ciarb Brazil Branch conduziu uma pesquisa de alcance internacional para averiguar, sob uma perspectiva ampla, a partir de profissionais localizados em diferentes jurisdições, quais seriam as práticas e opiniões majoritárias sobre a utilização de depoimentos escritos.

Este documento é a principal contribuição para a prática arbitral brasileira. Seus anexos são minutas de cláusulas de Termo de Arbitragem e normas a serem inseridas em ordem processual para o regramento da matéria, além de sugestão de cronograma para o

¹Palestrantes que participaram das reuniões de trabalho: Adriana Braghetta, Alex Wilbraham, Amanda Sampaio, Catarina Monteiro, Cristián Conejero Roos, Daniel Barbosa, Eduardo Terashima, Jeffrey Rosenthal, João Lessa, Leandro Caputo, Lilian Bertolani, Mairee Uran Bidegain, Maria Inés Corrá, Marie-Isabelle Delleur, Natália Mizrahi Lamas, Patrícia Kobayashi, Rafael Gagliardi, Renata Steiner, Silvio Simonaggio, Stefan Kröll, Tatiana Ferri e Thiago Marinho Nunes.

processo arbitral. Neste sentido, os coordenadores do projeto entenderam que mais útil do que desenvolver guidelines sobre a matéria seria a elaboração de modelos para a facilitação na utilização da ferramenta pela comunidade. Ao final são apresentados um modelo de depoimento escrito e um *check-list* que orienta a utilização dos modelos.

Registra-se que os modelos aqui apresentados partiram de minutas inicialmente elaboradas pela coordenação do projeto, com base nas conclusões atingidas nas etapas anteriores.

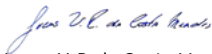
Contudo, os modelos foram submetidos a um *Working Group* criado sob a expressa ressalva de que seus membros teriam plena independência para revisar, ajustar ou substituir o texto inicial, bem como para deliberar sobre a viabilidade de recomendação pública de quaisquer de suas conclusões. Foi também compartilhada a diretriz de que o *Working Group* deveria primar pela clareza, adaptabilidade e compatibilidade com as melhores práticas da arbitragem contemporânea.

O resultado é apresentado a seguir, com soluções normativas e práticas que, esperamos, sejam úteis, claras e ajustadas à realidade da arbitragem doméstica e internacional.

EQUIPE DE COORDENAÇÃO



Cristina M. Wagner Mastrobuono
(Ciarb Brazil Branch President)



Lucas V. R. da Costa Mendes
(Ciarb Brazil Branch Director of
Education)



Lucila Carvalho
(Ciarb Brazil Branch Director of
Communication)



Pedro Martini
(Ciarb Brazil Branch Vice
Director of Communications)



Bernard Potsch
(Ciarb Brazil Branch Vice
Director of Education)



Joana Egito
Official Rapporteur

MEMBROS DO WORKING GROUP

Anna-Katharina Scheffer da Silveira

Gustavo Birenbaum

Marcela Kohlbach

Paula Costa e Silva

Rafael Gagliardi

Renato Beneduzi

Ricardo Aprigliano

Tatiana Mesquita

Thiago Marinho Nunes

Vitor de Paula Ramos





ANEXO I

MINUTA DE CLÁUSULA PARA TERMO DE ARBITRAGEM OU ATA DE MISSÃO

01. COMENTÁRIOS INICIAIS

O Termo de Arbitragem (também chamado de ata de missão) é um documento que possui natureza *negocial*, apto a ser celebrado pelas partes para “explicitar”, ajustar ou desenvolver a cláusula arbitral – um “adendo”, nos termos do artigo 19, § 1º, da Lei de Arbitragem. A prática, inclusive, mostra a sua importância para o desenvolvimento e a eficiência do procedimento. A sua negociação, no entanto, não é trivial. Neste sentido, recomenda-se a inserção de cláusula de simples redação, mas com flexibilidade para ser aplicada pelo Tribunal Arbitral.

02. MINUTA DE CLÁUSULA PARA INSERÇÃO NO TERMO DE ARBITRAGEM

- i. A instrução probatória observará, no que couber, as *IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration* (“*IBA Rules*”) e as *IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration* (“*IBA Guidelines*”).
- ii. Na produção da prova testemunhal, as partes farão uso de depoimentos escritos, na forma a ser definida pelo Tribunal Arbitral.

- iii. Salvo determinação diversa do Tribunal Arbitral, os depoimentos escritos deverão ser apresentados com as Alegações Iniciais e respectiva Resposta.
- iv. Será garantido o direito à inquirição cruzada da testemunha que houver prestado depoimento escrito, observada a prerrogativa de utilização de perguntas indutivas (leading questions), nos limites definidos pelo Tribunal Arbitral.
- v. Salvo determinação diversa do Tribunal Arbitral, na inquirição cruzada da testemunha que houver prestado depoimento escrito, as perguntas estarão limitadas aos temas tratados no depoimento.

03. JUSTIFICATIVA

A proposta busca oferecer uma cláusula no Termo de Arbitragem que suscite menos discussões entre as partes, mas que ao mesmo tempo represente um norte para a atuação do Tribunal e uma garantia relacionada à forma como os depoimentos escritos serão utilizados. Por isso, o *Working Group* optou por um menor grau de detalhamento e por deixar para o Tribunal Arbitral a definição dos detalhes relativos à aplicação das regras, visando a proteger a validade da sentença. O texto também reflete a opção do *Working Group* de prever, em princípio, a limitação da inquirição cruzada ao objeto do depoimento escrito, ressalvados os casos em que, a juízo do Tribunal Arbitral, forem admissíveis perguntas que extrapolem esse escopo quando houver vínculo entre a testemunha e fatos ou documentos relevantes. A opção por uma cláusula única e modular, com itens, permite que as partes, ao negociarem, optem por tirar os itens finais, sem com isso desnaturar a cláusula. As partes podem, portanto, adotar apenas os itens “i” e “ii”, eliminando os detalhada-

mentos relacionados ao momento da apresentação e à forma de inquirição. A proposta também elimina qualquer alusão expressa aos pedidos de exibição de documentos ou à utilização de peritos independentes contratados pelas partes, dado que não são objeto deste *Working Group*. Considerando a importância que as *IBA Rules* têm para a prática arbitral, optou-se pela inserção da regra geral do item “i” quanto à sua utilização como diretivas gerais para a instrução probatória, deixando-se o caminho aberto para, no futuro, serem elaborados modelos de cláusulas também para essas outras espécies de prova que possam ser facilmente adotadas de forma complementar ao modelo aqui proposto.

ANEXO II

CRONOGRAMA PARA O PROCEDIMENTO ARBITRAL

01. COMENTÁRIOS INICIAIS

Como visto no relatório², parece possível a utilização de dois tipos de cronogramas: (i) aquele no qual os depoimentos escritos são apresentados logo na primeira manifestação, com possibilidade de complemento ou ajuste subsequente em decorrência de manifestações posteriores e novos documentos³; e (ii) aquele no qual os depoimentos são apresentados após a fase postulatória e eventual apresentação de documentos, os quais devem ser produzidos apenas sobre os fatos controvertidos estabilizados pelo Tribunal Arbitral. As impressões do *Working Group* são no sentido de que o primeiro modelo é mais eficiente que o segundo, razão pela qual apenas propôs o cronograma para esse modelo.

O cronograma deve ser inserido no Termo de Arbitragem, o qual, inclusive, pode ser recomendado pelo Tribunal Arbitral na minuta a ser submetida para as partes. Alternativamente, o cronograma pode ser estabelecido por meio de Ordem Processual, sendo importante a definição na etapa inicial para maior eficiência dos trabalhos.

²Disponível em https://linktr.ee/CIArbBrazil_

³Embora esse regime também seja aplicável aos laudos dos peritos independentes contratados pelas partes, possibilitando a concentração da produção de provas no decorrer da fase postulatória, o detalhamento da prova técnica não é objeto de estudo deste *Working Group*.

Cabe observar, porém, que o estabelecimento do cronograma de cada procedimento arbitral deve levar em consideração as peculiaridades do caso concreto e a flexibilidade inerente à arbitragem.

02. CRONOGRAMA

Fase	Ato Processual	Prazo Sugerido
1	Apresentação das Alegações Iniciais do Requerente (com documentos e depoimentos escritos)*	D+60
2	Apresentação da Resposta às Alegações Iniciais pelo Requerido (com documentos e depoimentos escritos)*	D+120
3	(Eventual procedimento de exibição de documentos)**	n/a
4	Réplica (com documentos e depoimentos escritos revisados e/ou complementares, conforme art. 4.6 das IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration)	D+150

Fase	Ato Processual	Prazo Sugerido
5	Tréplica (com documentos e depoimentos escritos revisados e/ou complementares, conforme art. 4.6 das IBA Rules)	D+180
6	Indicação das testemunhas, que devem ser objeto de inquirição cruzada***	D+195
7	Conferência pré-audiência	D+210
6	Audiência de instrução	D+240
7	Alegações finais	A ser definido em audiência
8	Manifestações sobre custos	A ser definido em audiência
9	Sentença arbitral	60 dias após a apresentação das alegações finais

* O momento pode ser aproveitado para apresentação de laudo do perito independente contratado pela parte, caso as partes optem por esse método de produção de prova técnica.

** Caso as partes optem por esse método de produção de prova documental.

*** Testemunhas cuja inquirição cruzada seja pretendida e testemunhas que estejam fora do controle da parte, como disposto no item 2(p) do Anexo III.

03. OBSERVAÇÕES

O cronograma poderá demandar ajustes no caso de pedido contraposto.

Devem ser observados os regulamentos aplicáveis a cada processo arbitral. Em geral, o modelo de concentração da produção de provas na fase postulatória possibilita que uma arbitragem seja concluída em até um ano a partir da assinatura do Termo de Arbitragem.



ANEXO III

REGULAÇÃO DO DEPOIMENTO ESCRITO EM ORDEM PROCESSUAL

01. COMENTÁRIOS INICIAIS

O uso de depoimentos escritos com as *IBA Rules* e as *IBA Guidelines* dá coerência ao modelo, solucionando a maior parte das questões práticas que podem surgir no caso concreto.

Viu-se no relatório⁴ produzido pela coordenação dos estudos que há considerável regulação sobre a matéria nas *IBA Rules* e nas *IBA Guidelines*, as quais podem ser pouco conhecidas do público com menor experiência em procedimentos internacionais. Neste sentido, recomenda-se que o Tribunal Arbitral emita ordem processual regrando as hipóteses, com objetivo não apenas normativo, mas também educativo. O fato de a ordem processual enfatizar regras contidas nas *IBA Rules* não deve ser compreendido como uma substituição, mesmo que parcial, das *IBA Rules*, mas que tais normas servem para esclarecimento e orientação dos usuários da ferramenta.

Tais regras, ressalte-se, podem ser incluídas pelas partes no próprio Termo de Arbitragem, garantindo a racionalidade do sistema.

Importante ressaltar que tanto partes quanto árbitros devem ter cuidado com as regras inseridas em ordens processuais e no Termo de Arbitragem, especialmente caso desviem do contido nas *IBA Rules*, evitando contradições.

⁴Disponível em https://linktr.ee/CIArbBrazil_

02. NORMAS PARA INSERÇÃO EM ORDEM PROCESSUAL

a. Aplicação de diretrizes para a instrução do feito:

i. Hipótese 1 – Cláusula padrão adotada no Termo de Arbitragem]. As partes adotaram, no Termo de Arbitragem, as *IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration* para regulamentar a instrução probatória do feito. A produção da prova neste processo arbitral seguirá o modelo estabelecido por referidas Regras, inclusive quanto à utilização de depoimentos escritos. Para fins de orientação da conduta das partes durante a fase instrutória, o Tribunal também adotará como referência as *IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration*, com especial atenção às Diretrizes 11 e 20 a 24, aplicáveis à preparação de depoimentos escritos.

ii. [Hipótese 2 – Cláusula padrão não adotada no Termo de Arbitragem]. O Tribunal adotará, para fins de organização da instrução, as *IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration*, inclusive quanto à utilização de depoimentos escritos pelas partes. Complementarmente, o Tribunal utilizará as *IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration* como padrão de conduta esperada durante a fase instrutória, especialmente no que se refere à preparação de depoimentos escritos.

b. Regime único. As partes se obrigam a adotar o mesmo regime quanto à apresentação de depoimentos escritos, sendo vedada a utilização unilateral dessa ferramenta.

c. Conteúdo e forma dos depoimentos escritos. Os depoimentos escritos devem conter, nos termos do art. 4.5 das *IBA Rules*: (i) identificação da testemunha; (ii) relação com as partes; (iii) des-

crição dos fatos com base na percepção direta; (iv) documentos nos quais se baseia, se ainda não apresentados; (v) idioma do depoimento; (vi) declaração de veracidade; (vii) local, data e assinatura.

d. Completude do depoimento escrito. O depoimento escrito deverá abranger, de forma clara, todos os fatos relevantes que estejam dentro da esfera de conhecimento direto da testemunha. A omissão injustificada de temas centrais, cuja menção seria razoavelmente esperada, poderá permitir que a parte adversa formule perguntas sobre tais fatos durante a inquirição cruzada, mesmo que não tratados no depoimento, bem como poderá autorizar o Tribunal a extrair inferências negativas.

e. Contato prévio com testemunhas. É permitido que as partes e seus advogados entrevistem e orientem as testemunhas por elas indicadas previamente à entrega do depoimento escrito, inclusive com acesso a documentos relevantes, desde que o conteúdo final reflita exclusivamente a memória e a percepção pessoal da testemunha. É vedada qualquer forma de indução, sugestão de versão dos fatos ou interferência no conhecimento da testemunha, sendo obrigação dos advogados respeitar os limites éticos e deontológicos aplicáveis e as disposições do art. 4.3 das *IBA Rules* e dos arts. 11, 21 e 23 das *IBA Guidelines*. A violação desta cláusula poderá ensejar a desconsideração parcial ou total do depoimento, a critério do Tribunal Arbitral, além de outras sanções, inclusive de natureza ético-profissional.

f. Testemunhas híbridas (factsperfs). Testemunhas com formação técnica, que também tenham conhecimento direto dos fatos relevantes, poderão prestar depoimento escrito, desde que distingam claramente entre trechos que tratam de fatos e

trechos que constituem opinião técnica, conforme os arts. 4 e 5 das *IBA Rules*.

g. Representante legal da parte. Nos termos do art. 4.2 das *IBA Rules*, o representante legal da parte poderá prestar depoimento escrito como testemunha de fatos, sendo-lhe permitido acompanhar toda a audiência. O depoimento será valorado pelo Tribunal Arbitral e prestado, preferencialmente, no início da audiência.

h. Documentos anexos aos depoimentos. Em conformidade com o art. 4.5(b) das *IBA Rules*, o depoimento escrito deverá estar acompanhado de todos os documentos que embasem o relato, caso ainda não tenham sido apresentados. A ausência injustificada poderá ser levada em consideração na valoração da prova.

i. Momento de apresentação. Os depoimentos escritos deverão ser apresentados na primeira oportunidade⁵.

j. Ajustes e complementações ao depoimento escrito. Depoimentos poderão ser ajustados ou complementados exclusivamente na réplica ou tréplica⁶, com fundamento em fatos novos tratados posteriormente à sua elaboração, em argumentos posteriormente apresentados pela contraparte, e em documentos novos obtidos após a apresentação do depoimento, inclusive na fase de exibição de documentos (art. 4.6 das *IBA Rules*).

k. Escopo da inquirição. A inquirição cruzada será centrada nos temas tratados no depoimento escrito, podendo ser ampliada pe-

⁵ Recomenda-se especificar no cronograma, conforme modelo constante do Anexo II.

⁶ Recomenda-se especificar no cronograma, conforme modelo constante do Anexo II.

lo Tribunal Arbitral mediante justificativa concreta, quando houver vínculo entre a testemunha e fatos ou documentos relevantes.

I. Utilização de perguntas indutivas (*leading questions*). Será admitida a formulação de perguntas indutivas (*leading questions*) na inquirição cruzada, sujeita ao controle do Tribunal Arbitral, nos termos do art. 8.3 das *IBA Rules*.

m. Incorporação dos temas de contradita na inquirição cruzada. Não haverá fase autônoma de contradita ou impugnação formal das testemunhas cujos depoimentos escritos tenham sido apresentados. Quaisquer temas relacionados à idoneidade, imparcialidade, relação da testemunha com as partes ou demais aspectos normalmente objeto de contradita deverão ser tratados no âmbito da inquirição cruzada, sob controle do Tribunal Arbitral.

n. Inferência negativa decorrente de omissão na produção da prova. A omissão da parte na apresentação de provas e de testemunhas que estejam sob seu controle, bem como a omissão injustificada de temas relevantes em depoimentos escritos, poderá autorizar o Tribunal Arbitral a extrair inferências negativas em sua valoração da prova. Tal inferência não afasta o regime do ônus da prova, mas constitui elemento de análise da conduta das partes no curso da instrução, nos termos do art. 9.7 das *IBA Rules*.

o. Ausência da testemunha. Nos termos do art. 4.7 das *IBA Rules*, o depoimento escrito será desconsiderado caso a testemunha não compareça à audiência, salvo decisão fundamentada do Tribunal Arbitral diante de circunstâncias excepcionais.

p. Testemunhas sem depoimento escrito. Caso alguma parte solicite a oitiva de testemunha cujo depoimento escrito não tenha sido apresentado, caberá ao Tribunal Arbitral decidir sobre sua convocação, com base na pertinência, utilidade e proporcionalidade da prova.



ANEXO IV

MODELO DE DEPOIMENTO ESCRITO

01. RECOMENDAÇÕES PARA ELABORAÇÃO

A minuta abaixo foi elaborada para servir como modelo de depoimento escrito de testemunha de fatos, conforme diretrizes das *IBA Rules* e as boas práticas debatidas no âmbito das reuniões do Ciarb Brazil Branch. O objetivo é assegurar que o depoimento seja verdadeiro, completo, preciso e útil à formação do convencimento do Tribunal Arbitral. Para isso, recomenda-se a observância das orientações abaixo no momento da redação:

- **Autenticidade do relato.** O conteúdo do depoimento deve refletir exclusivamente o conhecimento da testemunha, com base em sua memória e percepção pessoal dos fatos. A parte e seus advogados podem entrevistar e preparar a testemunha, mas não devem interferir ou sugerir alterações no conteúdo substancial do testemunho.
- **Completo e clareza do depoimento.** O depoimento deve ser elaborado para que as circunstâncias abordadas sejam devidamente compreendidas pelos leitores, particularmente pelo Tribunal Arbitral. Os temas devem ser tratados de maneira clara, estruturada, completa e detalhada, recomendando-se referência a trechos de documentos que atestem os fatos e suas circunstâncias.
- **Estilo pessoal e legível.** A redação deve seguir o estilo natural da testemunha, inclusive com marcas de oralidade, vocabu-

lário próprio e estruturas sintáticas típicas de sua forma de expressão.

- **Numeração dos parágrafos.** Para facilitar a referência durante a audiência e a inquirição cruzada, todos os parágrafos do depoimento devem ser numerados sequencialmente, respeitando a estrutura das seções do modelo.
- **Referência a documentos.** Sempre que a testemunha se basear em documentos, estes devem ser identificados no corpo do depoimento seguindo um padrão de identificação específico para os anexos do próprio depoimento escrito, sendo juntados como anexos ao próprio depoimento - e mesmo que repetidos nos autos.
- **Separação de fatos e opiniões.** A testemunha deve limitar-se à narração de fatos que presenciou ou dos quais tenha conhecimento direto. Caso possua formação técnica e emita opiniões técnicas (*"factsper"*), estas devem estar claramente identificadas para fácil distinção entre opiniões e descrições fáticas.
- **Revisões e complementações.** Uma vez entregue, o depoimento poderá ser ajustado apenas em hipóteses excepcionais, especialmente após a fase de exibição de documentos, e de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Arbitragem e Ordem Processual.
- **Idioma e assinatura.** O depoimento deve declarar o idioma em que foi originalmente escrito, conter a afirmação de veracidade, local, data e ser assinado pela testemunha. A testemunha deve indicar se foi auxiliada por tradutor e se está apta a prestar depoimento em audiência no idioma do

depoimento escrito sem tal auxílio.

02. ESTRUTURA DE DEPOIMENTO ESCRITO

DEPOIMENTO ESCRITO DE TESTEMUNHA DE FATOS INDICADA PELA [*] NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO ARBITRAL [NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO]

.I. Introdução

1. Nome completo, Endereço
2. Declaração sobre a sua relação passada ou presente com as partes
3. Breve descrição do histórico profissional, treinamento e experiência, preferencialmente com a juntada de seu currículo em anexo.

.II. Os fatos sob o meu conhecimento

4. [* - Utilizar esta formação e manter os parágrafos numerados]
5. Descrição completa e detalhada dos fatos e a fonte das informações (referência aos documentos que a testemunha se baseia seguindo o padrão estabelecido no processo arbitral, se houver)

.III. Declarações finais

6. Declaro que todas as informações constantes deste depoimento são verdadeiras, conforme minha memória e experiência pessoal.

7. Declaro que o depoimento foi escrito originalmente em [idioma].

8. Estou ciente de que poderei ser convocado(a) para audiência e submetido(a) a perguntas das partes e do Tribunal Arbitral, reservando-me o direito de prestar tais esclarecimentos no idioma [*] durante a audiência.

Local e data

Assinatura



ANEXO V

CHECK-LIST PARA A UTILIZAÇÃO DO DEPOIMENTO ESCRITO

Este *check-list* tem por objetivo auxiliar advogados e árbitros na aplicação dos modelos de cláusulas, de ordem processual e de cronograma elaboradas pelo Ciarb Brazil Branch. O *check-list* também foi elaborado para facilitar as partes na elaboração dos depoimentos escritos, conforme modelo objeto do Anexo IV. O *check-list* resume as boas práticas e os pontos de atenção discutidos pelo *Working Group* e tem o propósito de promover um uso eficiente da ferramenta.

01. DECISÃO E O MODELO DE CLÁUSULA

- **Momento da Decisão.** A decisão sobre o uso do depoimento escrito deve ser tomada no Termo de Arbitragem ou na Ordem Processual nº 1 (OP nº 1). O modelo de cláusula para o Termo de Arbitragem (Anexo I) foi elaborada para ser simples e fácil de negociar, enquanto os detalhes do procedimento são tratados na OP nº 1 (Anexo III).
- **Poder do Tribunal Arbitral.** Em caso de discordância entre as partes, o Tribunal Arbitral tem a autoridade para impor o uso do instrumento. Recomendamos a utilização do modelo de OP nº 1 (Anexo III) para disciplinar o procedimento, além de outros temas a serem definidos pelo Tribunal Arbitral. Se todas as partes se opuserem, a recomendação é de que o Tribunal não determine a utilização dos depoimentos escritos.

- **Modelo de cláusula para o Termo de Arbitragem.** Os modelos de cláusulas para o Termo de Arbitragem oferecem uma estrutura modular, de modo que as partes removam integralmente os itens que não pretendem aplicar sem que o modelo seja desvirtuado. Recomenda-se, no entanto, a manutenção dos itens “i” e “ii” do modelo de cláusula para o Termo de Arbitragem (Anexo I), adotando-se conjuntamente a utilização dos depoimentos escritos e das *IBA Rules* e das *IBA Guidelines*.
- **Utilização conjunta do mesmo procedimento para os Depoimentos Escritos.** O procedimento de utilização do depoimento escrito deve ser o mesmo para todas as partes, evitando-se que apenas uma parte lance mão da ferramenta (o que poderia trazer desigualdades e expor o processo arbitral a eventual risco de anulação), conforme item 2.“b” do Anexo III.

02. BASE NORMATIVA

- **Utilização das *IBA Rules* e *IBA Guidelines*.** Recomenda-se a adoção das *IBA Rules on the Taking of Evidence (2020)* para o regramento de questões de fundo relacionadas ao depoimento escrito e a outros meios de provas (não desenvolvidos pelo Ciarb Brazil Branch nesta oportunidade) (Anexo I.2“i”; Anexo III.2.“a”). A referência a tais regras é um elemento educativo e pragmático. Elas dão coerência ao modelo e solucionam a maioria dos problemas que podem surgir com a utilização dos depoimentos escritos. Mesmo que não haja referência explícita, poderá o Tribunal Arbitral delas se valer para emitir orientações às partes. Tais normas podem ser úteis para outros meios de provas também.

- **Padrão de conduta.** É recomendável, ainda, que o Tribunal Arbitral deixe claro que utilizará as *IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration* como padrão de conduta esperada durante a fase instrutória, especialmente no que se refere à preparação dos depoimentos, lembrando que, mesmo que não haja referência explícita, poderá o Tribunal Arbitral delas se valer para emitir as orientações às partes, conforme Anexo III.2."a".
- **Risco da Exclusão.** A exclusão das *IBA Rules* aumenta o risco de ineficiência ou imprecisão normativa na utilização dos depoimentos escritos. Caso as partes decidam pela exclusão, é necessário disciplinar importantes aspectos do procedimento, como conteúdo, forma e consequências da ausência da testemunha, além de tantos outros temas tratados nas *IBA Rules*.

03. CONTEÚDO E PROCEDIMENTO

- **Contato prévio com as testemunhas.** As partes e seus advogados podem entrevistar e orientar as testemunhas por elas indicadas para a elaboração do depoimento escrito, desde que o conteúdo final reflita exclusivamente a memória e a percepção pessoal da testemunha. Os advogados devem respeitar os limites éticos aos quais estão submetidos, sendo também relevante observar as disposições do artigo 4.3 das *IBA Rules* e dos arts. 11, 21 e 23 das *IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration*.
- **Momento da Apresentação.** Recomenda-se que os depoimentos escritos sejam apresentados junto das alegações iniciais e da respectiva resposta, com as manifes-

tações se referindo a eles (Anexo I.2.iii; Anexo III.2.i). É possível emenda aos depoimentos em réplica ou em tréplica e em caso de novos fatos ou temas incorporados aos autos, nos termos do artigo 4.6 das IBA Rules (Anexo III.2.j). O modelo de cronograma exemplifica essa abordagem (Anexo II).

- **Pedido para a oitiva de Testemunhas em Audiência.** Como regra geral, a oitiva está limitada às testemunhas cujo depoimento foi juntado pelas partes. A oitiva em audiência deve ser pedida em momento adequado, sendo que o cronograma sugerido exemplifica tal oportunidade. No pedido, a parte deve indicar qual testemunha cujo depoimento escrito foi trazido pela outra parte ela pretende ouvir em audiência. O Tribunal poderá determinar a oitiva de testemunhas de ofício ou, justificadamente, a pedido da parte que trouxe o depoimento escrito. A inércia de uma parte em pedir a oitiva de determinada testemunha não implicará na aceitação do depoimento escrito trazido aos autos, o qual deverá ser valorado pelo Tribunal Arbitral com base no conjunto probatório.
- **Comparecimento da testemunha em audiência.** Cada parte deve ser responsável pelo comparecimento da testemunha cujo depoimento escrito trouxe e cuja oitiva foi requisitada pela outra parte, sendo possível, no entanto, que as partes solicitem ao Tribunal Arbitral as medidas necessárias para a convocação de testemunha que não esteja sob o seu controle, apresentando as justificativas para tanto e demonstrando a relevância e a proporcionalidade da prova (IBA Rules, art. 4.9).

- **Ausência da Testemunha.** O depoimento escrito deverá ser desconsiderado se a testemunha não comparecer à audiência para ser inquirida, exceto em circunstâncias excepcionais e com decisão fundamentada do Tribunal Arbitral. A ausência de requerimento para o comparecimento da testemunha não implica concordância com o conteúdo de seu depoimento. A omissão injustificada na apresentação de uma testemunha que está sob o controle da parte pode levar o Tribunal Arbitral a extrair inferências negativas. O tema está tratado no item 2(o) do Anexo III.
- **Conteúdo dos Depoimentos.** O depoimento escrito deve ser elaborado para que as circunstâncias abordadas sejam devidamente compreendidas pelo Tribunal Arbitral. Ele deve conter a identificação da testemunha, sua relação com as partes, a descrição detalhada dos fatos (com base na percepção direta), a menção a documentos que o embasam, o idioma, uma declaração de veracidade, e a assinatura com data e local. Um modelo de depoimento escrito com orientações de utilização encontra-se disponível no Anexo IV.
- **Depoimento do Representante Legal.** O representante legal da parte deve apresentar depoimento escrito e deve ser inquirido como uma testemunha de fatos, conforme art. 4.2 das *IBA Rules* e item 2(g) Anexo III.
- **Factsperts.** É admitida a apresentação de depoimento escrito pela chamada “testemunha híbrida” (“*factspert*”), ou seja, aquela que tem conhecimento dos fatos e também detém a informação técnica do ocorrido. É importante que o depoimento escrito faça a clara distinção entre os fatos e a opinião técnica externada, conforme item 2(f) do Anexo III.

- **Laudos técnicos.** O uso dos depoimentos escritos tem estreita ligação com a sistemática de apresentação de laudos técnicos por “peritos da parte”, os quais poderão ser trazidos aos autos na mesma oportunidade dos depoimentos escritos e devendo ser considerando o uso conjunto dos instrumentos. Embora o *Working Group* não tenha tratado da prova técnica em detalhes, o modelo de cronograma foi pensado para que laudos e depoimentos sejam apresentados conjuntamente, trazendo eficiência ao processo.

04. CONDUÇÃO DA AUDIÊNCIA

- **Sequência das oitivas.** A inquirição terá início com a confirmação do depoimento escrito pela testemunha, o qual, via de regra, substitui o depoimento direto, isto é, aquele conduzido pelos advogados da parte que a indicou. Excepcionalmente, poderá ser realizada a complementação do depoimento escrito por meio de inquirição direta da testemunha. Na sequência, a contraparte realizará a inquirição cruzada (*cross-examination*) da testemunha, passando-se, após, para as re-perguntas (*re-direct*) da parte que a indicou. O Tribunal Arbitral também poderá formular perguntas às testemunhas, recomendando-se que suas perguntas sejam realizadas ao final.
- **Escopo da inquirição cruzada (*Cross-examination*).** O escopo da inquirição cruzada deve se limitar, em princípio, aos temas do depoimento escrito. O tribunal pode, no entanto, estender o escopo para temas não abordados no depoimento escrito, especialmente se houver vínculo entre a testemunha e fatos ou documentos relevantes para a disputa. O tema foi tratado no item 2(k) do Anexo III.

- **Escopo das re-perguntas.** Em relação à inquirição em réplica (reperguntas ou *redirect*), a regra geral é que as perguntas devem se limitar ao conteúdo da inquirição cruzada feita pela parte contrária e a eventuais perguntas formuladas pelo próprio Tribunal Arbitral.
- **Perguntas Indutivas (*Leading Questions*).** O uso de perguntas indutivas na inquirição cruzada é permitido e serve como um mecanismo de equilíbrio em relação à liberdade da (outra) parte em participar da elaboração do depoimento da testemunha que indicou. Essa prática é aceita nas arbitragens internacionais e é compatível com o artigo 459 do CPC. O tema é tratado no item 2.(I) do Anexo III.
- **Inexistência de contradita.** Conforme item 2(m) do Anexo III, recomenda-se que temas relacionados à idoneidade, imparcialidade, relação da testemunha com as partes ou demais aspectos normalmente objeto de contradita na prática judicial brasileira sejam tratados no âmbito da inquirição cruzada, sob controle do Tribunal Arbitral.

Observações Finais. Este *check-list* e os modelos que o acompanham foram pensados como ferramentas educativas e práticas, com o objetivo de facilitar a adoção de um procedimento que, embora não seja tradicional no Brasil, oferece benefícios significativos em termos de previsibilidade e eficiência.

DOCUMENTOS DE SUPORTE

Acesse o QR code abaixo para acessar a pasta de documentos do projeto. Lá estão disponíveis os relatórios de cada reunião aberta ao público, o relatório preliminar da equipe de coordenação e o resultado da pesquisa internacional. Além disso, você encontra os modelos aqui apresentados em arquivos Word para download.



Acesse em: https://linktr.ee/ciarbbrazil_

GUIA CIARB BRAZIL

PARA EL USO DE DECLARACIONES
ESCRITAS DE TESTIGOS DE HECHOS:

*ACTA DE MISIÓN, ORDEN PROCESAL,
CRONOGRAMA Y TESTIMONIO*

Publicado en:
Octubre 2025

Producción:
Working Group del
Ciarb Brazil Branch

Contacto:
secretary@ciarb-brazil.org
@ciarb.brazil

ÍNDICE

Cronología	36
El proyecto	37
Nota para la Version Traducida	38
Equipo de coordinación	39
Equipo de Traducción	39
Miembros del <i>Working Group</i>	40
Anexo I - Cláusula modelo del Acta de Misión	41
Anexo II - Cronograma del proceso de arbitraje	44
Anexo III - Borrador de Orden Procesal para regular la declaración escrita	48
Anexo IV - Modelo de declaración escrita	55
Anexo V - Lista de verificación para el uso de la declaración escrita	59
Documentos de apoyo	66

CRONOLOGÍA

- **05.05.2024** – Presentación del proyecto de declaraciones escritas por parte de la Dirección de Educación a la presidencia de Ciarb Brazil Branch.
- **15.05.2024** – Primera reunión abierta: Identificación de desafíos asociados al uso de la herramienta (@CBMA).
- **18.06.2024** – Segunda reunión abierta: Debates comparativos sobre América Latina y Estados Unidos (@Hub LDCM).
- **27.08.2024** – Tercera reunión abierta: Cuestiones técnicas y procedimentales (@CAM-CCBC).
- **02.09.2024** – Inicio de la investigación internacional sobre el uso de las declaraciones escritas en arbitraje.
- **27.09.2024** – Cuarta reunión abierta: Interacción con otros medios de prueba (@FIESP/CIESP).
- **16.10.2024** – Evento público: Perspectiva internacional sobre las declaraciones escritas (SPAW @Demarest).
- **27.05.2025** – Aprobación del informe preliminar del Equipo de Coordinación.
- **27.05.2025** – Aprobación del informe de investigación internacional.
- **27.05.2025** – Formalización e inicio de los trabajos del *Working Group*.
- **14.08.2025** – Primera reunión del *Working Group*.
- **29.08.2025** – Segunda reunión del *Working Group*.
- **25.09.2025** – Tercera reunión del *Working Group*.
- **03.10.2025** – Aprobación de los resultados del *Working Group*.

EL PROYECTO

En 2024, el Ciarb Brazil Branch estructuró un proyecto institucional dedicado al estudio del uso de declaraciones escritas de testigos de hechos en arbitrajes domésticos brasileños y arbitrajes internacionales. La elección de este tema se justificó por la creciente adopción de esta herramienta en los arbitrajes brasileños, especialmente en aquellos de mayor complejidad o con influencia de prácticas internacionales. El proyecto tuvo como objetivo promover un entorno de discusión plural y técnica, con miras a identificar buenas prácticas, lagunas normativas y alternativas para el desarrollo de técnicas de producción de prueba utilizadas internacionalmente y que, en la práctica, resulten útiles y eficientes en disputas nacionales.

Además de las cuatro reuniones principales, abiertas a todos los interesados y con la participación de especialistas invitados, Ciarb Brazil Branch llevó a cabo una investigación de alcance internacional para identificar, desde una perspectiva amplia y con aportes de profesionales ubicados en distintas jurisdicciones, cuáles son las prácticas y opiniones mayoritarias respecto del uso de declaraciones escritas.

Este documento constituye una importante contribución a la práctica arbitral brasileña. Sus anexos incluyen modelos de cláusulas para el Acta de Misión, así como reglas para ser incorporadas en una orden procesal con el fin de regular la materia, además de una propuesta de cronograma para el procedimiento arbitral. En este sentido, los coordinadores del proyecto consideraron que, más útil que elaborar guías sobre el tema, sería

desarrollar de modelos prácticos que faciliten el uso de la herramienta por parte de la comunidad. Asimismo, cuenta con un modelo de declaración escrita y un check-list para orientar su utilización.

Cabe señalar que los modelos presentados se basan en borradores iniciales preparados por los coordinadores del proyecto a partir de las conclusiones alcanzadas en las etapas previas.

Sin embargo, dichos modelos fueron sometidos a un Working Group creado bajo la expresa premisa de que sus integrantes tendrían plena independencia para revisar, ajustar o sustituir el texto inicial, así como para deliberar sobre la conveniencia de recomendar públicamente cualquiera de sus conclusiones. También se estableció como directriz que el Working Group debía priorizar la claridad, la adaptabilidad y la coherencia con las mejores prácticas del arbitraje contemporáneo.

El resultado se presenta a continuación, con soluciones normativas y prácticas que esperamos sean útiles, claras y ajustadas a la realidad del arbitraje nacional e internacional.

NOTA PARA LA VERSION TRADUCIDA

Esta versión fue preparada exclusivamente por el Equipo de Traducción, bajo la supervisión del Equipo de Coordinación y sin la participación del *Working Group*. La versión oficial del Guía es la versión en portugués, preparada y aprobada por el *Working Group*.

EQUIPO DE CORDINACIÓN

Cristina M. Wagner Mastrobuono (Presidenta del Ciarb Brazil Branch)

Lucas V. R. da Costa Mendes (Director de Educación del Ciarb Brazil Branch)

Bernard Potsch (Subdirector de Educación del Ciarb Brazil Branch)

Lucila Carvalho (Directora de Comunicaciones del Ciarb Brazil Branch)

Pedro Martini (Subdirector de Comunicaciones del Ciarb Brazil Branch)

Joana Egipto (Relatora Oficial)

EQUIPO DE TRADUCCIÓN¹

Mario Drago Alfaro (Ciarb Peru Chapter Young Members Group)

Paula Viana de Barros (Ciarb Brazil Branch Young Members Group)

Rafael Sánchez Ríos (Ciarb Peru Chapter Young Members Group)

Silvia Otárola Azabache (Ciarb Peru Chapter Young Members Group)

¹Con la colaboración de Cecilia Flores Rueda, Dione Meruane Osorio y Jenifer Alfaro Borges, miembros del Grupo de Trabajo Ciarb en Español, creado por el Presidente Cesar Pereira C.Arb FCI Arb.

MIEMBROS DEL WORKING GROUP

Anna-Katharina Scheffer da Silveira

Gustavo Birenbaum

Marcela Kohlbach

Paula Costa e Silva

Rafael Gagliardi

Renato Beneduzi

Ricardo Aprigliano

Tatiana Mesquita

Thiago Marinho Nunes

Vitor de Paula Ramos





ANEXO I

CLÁUSULA MODELO DEL ACTA DE MISIÓN

01. COMENTARIOS INICIALES

El Acta de Misión (también denominada Acta Preliminar) es un documento de naturaleza negociable, apto para ser celebrado por las partes para “precisar”, ajustar o desarrollar el convenio arbitral – una “adenda”, en los términos del artículo 19, § 1, de la Ley de Arbitraje. La práctica, además, demuestra su importancia para el desarrollo y la eficiencia del proceso arbitral. Sin embargo, su negociación no es trivial. En ese sentido, se recomienda la inserción de una cláusula de redacción simple, pero que otorgue flexibilidad para su aplicación por el Tribunal Arbitral.

02. MODELOS DE CLÁUSULA PARA INSERCIÓN EN EL ACTA DE MISIÓN

- i. i. La práctica de la prueba se regirá, en lo que corresponda, por las Reglas de la IBA sobre la Práctica de la Prueba en el Arbitraje Internacional (“Reglas de la IBA”) y las Directrices de la IBA sobre Representación de Parte en el Arbitraje Internacional (“Directrices de la IBA”).
- ii. Para la producción de prueba testimonial, las Partes utilizarán declaraciones escritas, en la forma que determine el Tribunal Arbitral.

- iii. Salvo que el Tribunal Arbitral determine lo contrario, las declaraciones escritas deberán presentarse junto con los escritos de alegaciones iniciales y la correspondiente contestación.
- iv. Se garantizará el derecho al contrainterrogatorio del testigo que haya rendido declaración escrita, observándose la prerrogativa de utilizar preguntas sugestivas (leading questions), dentro de los límites definidos por el Tribunal Arbitral.
- v. Salvo determinación en contrario del Tribunal Arbitral, en el contrainterrogatorio del testigo que haya prestado declaración escrita, las preguntas se limitarán a los temas tratados en la declaración.

03. JUSTIFICATIVA:

La propuesta busca ofrecer una cláusula en el Acta de Misión que genere menos discusiones entre las Partes, pero que al mismo tiempo sirva de guía para las actuaciones del Tribunal y de garantía sobre la forma en que se utilizarán las declaraciones escritas. Por ello, el *Working Group* optó por un menor grado de detalle y por dejar al Tribunal Arbitral la definición de los detalles relativos a la aplicación de las reglas, con el objetivo de proteger la validez del laudo. El texto también refleja la opción del *Working Group* de prever, en principio, la limitación del contrainterrogatorio al objeto de la declaración escrita, salvo en los casos en que, a juicio del Tribunal Arbitral, sean admisibles preguntas que excedan este ámbito cuando exista un vínculo entre el testigo y los hechos o documentos relevantes. La opción de una cláusula única y modular, con ítems, permite que las partes, al negociar, opten por suprimir los ítems finales, sin que ello desnaturalice la cláusula. Las partes pueden, por tanto, adoptar únicamente los ítems "i" y "ii", eliminando los detalles relativos al momento de la presentación y la forma del contrainter-

rogatorio. La propuesta también elimina cualquier referencia expresa a las solicitudes de exhibición de documentos o al uso de peritos independientes contratados por las partes, dado que no son objeto de estudio de este *Working Group*. Considerando la importancia que las Reglas de la IBA tienen para la práctica arbitral, se optó por la inserción de la regla general del ítem “i” en cuanto a su utilización como lineamientos generales para la práctica de la prueba, dejando abierto el camino para que, en el futuro, se elaboren cláusulas modelo también para estos otros medios de prueba que puedan ser fácilmente adoptadas de manera complementaria al modelo aquí propuesto.



ANEXO II

CRONOGRAMA DEL PROCESO DE ARBITRAJE

01. COMENTARIOS INICIALES

De acuerdo con el informe², resulta posible utilizar dos tipos de calendarios de actuaciones: (i) uno en el que las declaraciones escritas se presentan junto con los escritos postulatorios, con posibilidad de presentar subsecuentes declaraciones complementarias o adicionales como resultado de la presentación de escritos posteriores y nuevos documentos;³ y (ii) aquella en la que las declaraciones se presentan después de la fase postulatoria y eventual presentación de documentos, las que deberán pronunciarse únicamente sobre los hechos controvertidos fijados por el Tribunal Arbitral. La perspectiva del *Working Group* considera que el primer modelo es más eficiente que el segundo, por lo que sólo propuso el cronograma para dicho modelo

El calendario de actuaciones debe incluirse en el Acta de Misión, pudiendo ser recomendado por el Tribunal Arbitral en el borrador que se presentará a las partes. Alternativamente, el calendario de actuaciones puede establecerse mediante una Orden Procesal, siendo importante definir por cuál opción se opta en una etapa inicial del arbitraje para una mayor eficiencia en el trabajo posterior.

²Disponible en https://linktr.ee/CIArbBrazil_

³Aunque este régimen es aplicable también a los informes de peritos independientes contratados por las partes, permitiendo concentrar la práctica de prueba durante la fase postulatoria, el detalle de la prueba técnica no es objeto de estudio del *Working Group*.

Cabe señalar, sin embargo, que la fijación del calendario de actuaciones para cada proceso arbitral debe tener en cuenta las particularidades del caso específico y la flexibilidad inherente al arbitraje.

02. PLANTILLA DE CALENDARIOS DE ACTUACIONES

Fase	Acto procesal	Fecha límite sugerida
1	Presentación de alegaciones iniciales del Demandante (con documentos y declaraciones escritas)*	D+60
2	Presentación de la respuesta a las Alegaciones Iniciales del Demandado (con documentos y declaraciones escritas)*	D+120
3	(Posible procedimiento de exhibición de documentos)**	n/a
4	Réplica (con documentos y declaraciones escritas revisados y/o complementarios, de conformidad con el art. 4.6 de las Reglas de la IBA sobre la Práctica de la Prueba en el Arbitraje Internacional)	D+150

Fase	Acto procesal	Fecha límite sugerida
5	Dúplica (con documentos y declaraciones escritas revisados y/o complementarios, de conformidad con el art. 4.6 de las Reglas de la IBA)	D+180
6	Indicación de los testigos que deben ser sometidos al interrogatorio***	D+195
7	Conferencia previa a la audiencia	D+210
6	Audiencia	D+240
7	Escritos de conclusiones	Por definir en audiencia
8	Escritos sobre costas	Por definir en audiencia
9	Laudo arbitral	60 días después de la presentación de los alegatos finales escritos

* Este momento podrá ser aprovechado para presentar un informe del perito independiente contratado por la Parte, si las partes optan por este método de producción de prueba técnica.

** Si las partes optan por este método de producción de prueba documental.

*** Testigos cuyo conainterrogatorio se solicita y testigos que están fuera del control de la Parte, según lo dispuesto en el punto 2(p) del Anexo III.

03. OBSERVACIONES

El cronograma podrá requerir ajustes en caso de contra solicitud.

Debe observarse la normativa aplicable a cada procedimiento arbitral. En general, el modelo de concentrar la producción de pruebas en la fase postulatoria permite que el arbitraje se concluya dentro del año a partir de la firma del acuerdo de arbitraje.



ANEXO III

BORRADOR DE ORDEN PROCESAL PARA REGULAR LA DECLARACIÓN ESCRITA

01. COMENTÁRIOS INICIAIS

El uso de declaraciones escritas, en conjunto con las Reglas de la IBA sobre la Práctica de la Prueba en el Arbitraje Internacional (“Reglas de la IBA”) y las Directrices de la IBA sobre Representación de Parte en el Arbitraje Internacional (“Directrices de la IBA”), confiere coherencia al modelo y soluciona la mayoría de cuestiones prácticas que puedan surgir en un caso concreto.

Tal como se evidenció en el informe⁴ elaborado por el grupo de estudios, existe una regulación extensa sobre esta materia en las Reglas de la IBA y en las Directrices de la IBA, las cuales pueden ser poco familiares para usuarios con menor experiencia en procedimientos internacionales. En este sentido, se recomienda que el Tribunal Arbitral emita una Orden Procesal que regule las situaciones pertinentes, con un propósito no solo normativo, sino también pedagógico. El hecho de que la Orden Procesal destaque las reglas contenidas en las Reglas de la IBA no debe interpretarse como una sustitución (ni siquiera parcial) de dichas reglas; más bien, su función es aclarar y orientar a los usuarios sobre la correcta aplicación de la herramienta.

Cabe señalar que estas reglas pueden ser incorporadas por las partes directamente en el Acta de Misión, garantizando así la coherencia y racionalidad del sistema.

⁴Disponible en https://linktr.ee/CiArbBrazil_

Es importante que tanto las Partes como los árbitros actúen con cautela respecto de las disposiciones incluidas en las Ordenes Procesales y en la propia Acta de Misión, especialmente cuando se aparten de lo previsto en las Reglas de la IBA, a fin de evitar inconsistencias o contradicciones.

02. REGLAS PARA INSERCIÓN EN LA ORDEN PROCESAL

a. Aplicación de directrices para la práctica probatoria del caso:

i. [Hipótesis 1 – Cláusula modelo adoptada en el Acta de Misión]. Las partes adoptaron, en el Acta de Misión, las Reglas de la IBA sobre la Práctica de la Prueba en el Arbitraje Internacional (“Reglas de la IBA”) para regular la práctica de la prueba en este procedimiento. En consecuencia, la producción probatoria seguirá el modelo previsto en dichas Reglas, incluyendo el uso de declaraciones escritas. Para orientar la conducta de las partes durante la fase probatoria, el Tribunal Arbitral también adoptará como referencia las Directrices de la IBA sobre Representación de Parte en el Arbitraje Internacional (“Directrices de la IBA”), con especial atención a las Directrices 11 y 20 a 24, aplicables a la preparación de declaraciones escritas.

ii. [Hipótesis 2 – Cláusula modelo no adoptada en el Acta de Misión]. En ausencia de una provisión prevista en el Acta de Misión, el Tribunal Arbitral aplicará, para organizar la práctica de la prueba, las Reglas de la IBA sobre la Práctica de la Prueba en el Arbitraje Internacional, incluido el uso de declaraciones escritas de las partes. Además, el Tribunal utilizará Directrices de la IBA sobre Representación de Parte en el Arbitraje Internacional como estándar de conducta esperado durante la fase probatoria, especialmente en lo concerniente a la preparación de declaraciones escritas.

b. Régimen único. Las partes se obligan a adoptar un régimen uniforme en cuanto a la presentación de declaraciones escritas, quedando prohibido el uso unilateral de esta herramienta.

c. Contenido y forma de las declaraciones escritas. Las declara-

raciones escritas deberán contener, conforme al art. 4.5 de las Reglas de la IBA: (i) identificación del testigo; (ii) su relación con las partes; (iii) la descripción de los hechos basada en la percepción directa; (iv) los documentos en los que sustenta su relato, si aún no han sido presentados; (v) el idioma de la declaración; (vi) una declaración de veracidad; (vii) lugar, fecha y firma.

d. Integridad de la declaración escrita. La declaración escrita deberá abarcar de manera clara todos los hechos relevantes que se encuentren dentro del conocimiento directo del testigo. La omisión injustificada de asuntos centrales (cuando razonablemente se esperaría su inclusión) podrá permitir que la contraparte formule preguntas sobre dichos hechos durante el conainterrogatorio, incluso si no fueron abordados en la declaración, y también podrá autorizar al Tribunal Arbitral a extraer inferencias negativas.

e. Contacto previo con testigos. Las partes y sus abogados podrán entrevistar y orientar a los testigos que hayan propuesto antes de la presentación de la declaración escrita, incluyendo darles acceso a los documentos relevantes. No obstante, el contenido final debe reflejar exclusivamente la memoria y la percepción personal del testigo. Se prohíbe cualquier forma de inducción, sugerencia de versiones de los hechos o interferencia en su conocimiento. Los abogados deberán respetar los límites éticos y deontológicos aplicables, así como las disposiciones del artículo 4.3 de las Reglas de la IBA y los artículos 11, 21 y 23 de las Directrices de la IBA. Su incumplimiento podrá dar lugar a la desestimación parcial o total del testimonio, a criterio del Tribunal Arbitral, así como a otras sanciones, incluyendo las de carácter ético y profesional.

f. Testigos híbridos (factsperfs). Los testigos con formación técnica que, además, posean conocimiento directo de los hechos relevantes, podrán presentar declaración escrita, siempre que distingan claramente entre las secciones que describen hechos y las secciones que constituyen opinión técnica, de conformidad con los artículos 4 y 5 de las Reglas de la IBA.

g. Representante legal del partido. Según el artículo 4.2 de las Reglas de la IBA, el representante legal de una de las partes podrá presentar declaración escrita como testigo de los hechos y permanecer presente durante toda la audiencia. El Tribunal Arbitral valorará la declaración, la cual deberá presentarse preferentemente al inicio de la audiencia.

h. Documentos adjuntos a las declaraciones. Conforme al artículo 4.5(b) de las Reglas de la IBA, la declaración escrita deberá ir acompañada de todos los documentos en los que se base el relato, siempre que aún no hayan sido incluidos en el expediente. La falta injustificada de documentos podrá tenerse en cuenta en la valoración de la prueba.

i. Momento de la presentación. Las declaraciones escritas deberán presentarse en la primera oportunidad disponible, salvo decisión en contrario del Tribunal Arbitral⁵.

j. Ajustes y complementos a la declaración escrita. Las declaraciones podrán ser ajustadas o complementadas exclusivamente en la réplica o dúplica⁶, y únicamente cuando los cambios se fundamenten en: (i) hechos nuevos tratados tras la elaboración inicial; (ii) argumentos presentados con posterioridad por la contraparte; o (ii) nuevos documentos obte-

⁴ Se recomienda especificar lo anterior en el cronograma, según modelo del Anexo II.

⁵ Se recomienda especificar lo anterior en el cronograma, según modelo del Anexo II.

nidos con posterioridad a la presentación del testimonio, incluyendo los producidos en una eventual fase de exhibición de documentos (artículo 4.6 de las Reglas de la IBA).

k. Alcance del interrogatorio. El contrainterrogatorio se centrará en los temas abordados en la declaración escrita. Podrá ampliarse, previa justificación concreta, cuando exista vínculo entre el testigo y hechos o documentos relevantes, a discreción del Tribunal Arbitral.

l. Uso de preguntas inductivas (leading questions). Se permitirá la formulación de preguntas inductivas (leading questions) durante el contrainterrogatorio, sujeto al control del Tribunal Arbitral y conforme al artículo 8.3 de las Reglas de la IBA.

m. Incorporación de cuestiones de impugnación formal de testigos en el contrainterrogatorio. No habrá una fase autónoma de impugnación formal de testigos cuyas declaraciones escritas se hayan presentado. Cualquier asunto relacionado con la idoneidad, imparcialidad, relación con las partes u otros aspectos normalmente sujetos a impugnación del testigo deberán abordarse dentro del contrainterrogatorio, bajo la supervisión del Tribunal Arbitral.

n. Inferencia negativa resultante de la omisión en la producción de prueba. La omisión de una parte en presentar pruebas y/o testigos bajo su control, así como la omisión injustificada de hechos relevantes en una declaración escrita, podrá autorizar al Tribunal Arbitral a extraer conclusiones negativas al valorar la prueba. Dicha inferencia no altera el régimen de carga probatoria, sino que constituye un elemento de análisis de la conducta de las partes, de conformidad con el artículo 9.7 de las Reglas de la IBA.

o. Ausencia de testigo. Conforme al artículo 4.7 de las Reglas de la IBA, la declaración escrita será desestimada si el testigo no comparece a la audiencia, salvo decisión motivada del Tribunal Arbitral en circunstancias excepcionales.

p. Testigos sin declaración escrita. Si alguna parte solicita la comparecencia de un testigo cuya declaración escrita no fue presentada, corresponderá al Tribunal Arbitral decidir sobre su citación, con base en la pertinencia, utilidad y proporcionalidad de la prueba.



ANEXO IV

MODELO DE DECLARACIÓN ESCRITA

01. RECOMENDACIONES PARA LA PREPARACIÓN

El borrador que figura a continuación fue elaborado para servir como modelo en la preparación de declaraciones escritas de testigos de hechos, de conformidad con las Reglas de la IBA y las buenas prácticas debatidas durante las reuniones del Ciarb Brazil Branch. El objetivo es asegurar que la declaración sea veraz, completa, precisa y útil para la formación del criterio del Tribunal Arbitral. Para ello, se recomienda observar las siguientes directrices al momento de su redacción:

- **Autenticidad del relato.** El contenido de la declaración debe reflejar exclusivamente el conocimiento del testigo, basado en su memoria y percepción personal de los hechos. La parte y sus abogados pueden entrevistar y preparar al testigo, pero no deben interferir ni sugerir alteraciones en el contenido sustancial de la declaración.
- **Completitud y claridad de la declaración.** La declaración debe redactarse de modo que las circunstancias descritas sean debidamente comprendidas por los lectores, en particular por el Tribunal Arbitral. Los temas deben abordarse de forma clara, estructurada, completa y detallada. Se recomienda hacer referencia a fragmentos de documentos que acrediten los hechos narrados y sus circunstancias.
- **Estilo personal y legible.** La redacción debe seguir el estilo natural del testigo, incluyendo rasgos de oralidad, vocabulario

propio y estructuras sintácticas propias de su forma de expresión. Esto aporta credibilidad y permite apreciar mejor la espontaneidad del relato.

- **Numeración de párrafos.** Para facilitar las referencias durante la audiencia y el contrainterrogatorio, todos los párrafos de la declaración deben numerarse secuencialmente, respetando la estructura de las secciones del modelo.
- **Referencia a documentos.** Siempre que el testigo se base en documentos, estos deben identificarse en el cuerpo de la declaración siguiendo un patrón específico de identificación para los anexos de la propia declaración escrita y adjuntarse como anexos a la misma, incluso si ya constan en el expediente.
- **Separación entre hechos y opiniones.** El testigo debe limitarse a narrar hechos que haya presenciado o de los cuales tenga conocimiento directo. Si el testigo tiene formación técnica y formula opiniones técnicas (“factsper”), estas deben estar claramente identificadas y distinguirse de las descripciones fácticas.
- **Revisiones y complementos.** Una vez presentada, la declaración sólo podrá ser ajustada en circunstancias excepcionales, especialmente luego de la fase de exhibición de documentos, y conforme a las reglas establecidas en el Acta de Misión y en la Orden Procesal.
- **Idioma y firma.** La declaración debe indicar el idioma en que fue originalmente redactada, contener una manifestación de veracidad, señalar lugar y fecha y estar fir-

firmada por el testigo. El testigo debe indicar si contó con la asistencia de un traductor y si está en condiciones de prestar declaración en una audiencia en el idioma de la declaración sin necesidad de dicha asistencia.

02. ESTRUCTURA DE LA DECLARACIÓN ESCRITA

DECLARACIÓN ESCRITA DEL TESTIGO DE HECHOS OFRECIDO POR [*] DENTRO DEL ÁMBITO DEL PROCESO ARBITRAL [NÚMERO DE IDENTIFICACIÓN]

.I. Introducción

1. Nombre completo y domicilio.
2. Declaración sobre su relación pasada o presente con las partes.
3. Breve descripción de su trayectoria profesional, formación y experiencia, (preferentemente con el currículum vitae adjunto).

.II. Hechos bajo mi conocimiento

4. [* - Utilícese este formato y manténganse los párrafos numerados*]
5. Descripción completa y detallada de los hechos y de la fuente de la información. Cuando corresponda, los documentos en los que se basa el testigo deberán identificarse, de acuerdo con el estándar fijado en el proceso arbitral.

.III. Declaraciones de cierre

6. Declaro que toda la información contenida en esta declaración es verdadera, conforme a mi memoria y a mi experiencia personal.

7. Declaro que la declaración fue redactada originalmente en [idioma].

8. Soy consciente de que puedo ser convocado(a) a una audiencia y sometido(a) a preguntas por las partes y por el Tribunal Arbitral, reservándome el derecho de brindar dichas aclaraciones en el idioma [*] durante la audiencia.

Lugar y fecha

Firma del testigo

ANEXO V

LISTA DE VERIFICACIÓN PARA EL USO DE LA DECLARACIÓN ESCRITA

Esta lista de verificación tiene como objetivo ayudar a abogados y árbitros a aplicar las cláusulas modelo, las reglas procesales y los plazos desarrollados por el Ciarb Brazil Branch. También se diseñó para ayudar a las partes a preparar sus declaraciones escritas, según el modelo del Anexo IV. La lista resume las mejores prácticas y los aspectos relevantes discutidos por el *Working Group* y tiene como objetivo promover el uso eficiente de la herramienta.

01. MODELO DE DECISIÓN Y CLÁUSULA

- **Momento de la decisión:** La decisión sobre el uso de declaraciones escritas debe adoptarse en el Acta de Misión o en la Orden Procesal n.º 1 (OP n.º 1). La cláusula modelo del Acta de Misión (Anexo I) se diseñó para que fuera sencilla y fácil de negociar, mientras que los detalles del procedimiento se abordan en la OP n.º 1 (Anexo III).
- **Facultades del Tribunal Arbitral:** En caso de desacuerdo entre las partes, el Tribunal Arbitral tiene la facultad de imponer el uso del instrumento. Recomendamos utilizar el modelo de Orden Procesal n.º 1 (Anexo III) para regular el procedimiento, además de otras cuestiones que defina el Tribunal Arbitral. Si todas las partes se oponen, recomendamos que el Tribunal Arbitral no exija el uso de declaraciones escritas.

- **Cláusula modelo para el convenio arbitral:** Las cláusulas modelo para el convenio arbitral ofrecen una estructura modular, de modo que las partes puedan eliminar por completo los puntos que no pretendan aplicar sin distorsionar el modelo. Sin embargo, se recomienda mantener los puntos "i" y "ii" de la cláusula modelo del Acta de Misión (Anexo I), adoptando el uso conjunto de declaraciones escritas y de las Reglas de la IBA y las Directrices de la IBA.
- **Uso conjunto del mismo procedimiento para Declaraciones Escritas:** El procedimiento para la utilización de declaraciones escritas debe ser el mismo para todas las partes, evitando que sólo una de ellas utilice la herramienta (lo que podría generar desigualdades y exponer el proceso arbitral al riesgo potencial de anulación), conforme al punto 2."b" del Anexo III.

02. BASE NORMATIVA

- **Uso de las Reglas de la IBA y de las Directrices de la IBA:** Se recomienda adoptar las Reglas de la IBA para la regulación de cuestiones sustanciales relacionadas con las declaraciones escritas y otras formas de prueba (no desarrolladas por Ciarb Brazil Branch en este momento) (Anexo I.2."i"; Anexo III.2."a"). La referencia a estas reglas es didáctica y pragmática. Proporcionan coherencia al modelo y resuelven la mayoría de los problemas que pueden surgir con el uso de las declaraciones escritas. Incluso si no existe una referencia explícita, el Tribunal Arbitral puede utilizarlas para orientar a las partes. Estas reglas también pueden ser útiles para otras formas de prueba.

- **Estándar de conducta.** También se recomienda que el Tribunal Arbitral deje claro que utilizará las Directrices de la IBA como estándar de conducta esperada durante la fase probatoria, especialmente en lo relativo a la preparación de las Declaraciones, recordando que, aun cuando no exista referencia explícita, el Tribunal Arbitral podrá utilizarlas para emitir directrices a las partes, conforme al Anexo III.2."a".
- **Riesgo de exclusión.** La exclusión de las Reglas de la IBA aumenta el riesgo de ineficiencia o inexactitud normativa en el uso de las declaraciones escritas. Si las partes deciden excluirlo, es necesario regular aspectos importantes del procedimiento, como el contenido, la forma y las consecuencias de la ausencia del testigo, además de muchos otros temas contemplados en las Reglas de la IBA.

03. CONTENIDO Y PROCEDIMIENTO

- **Contacto previo con testigos.** Las partes y sus abogados podrán entrevistar y guiar a los testigos que hayan ofrecido para preparar su declaración escrita, siempre que el contenido final refleje exclusivamente la memoria y la percepción personal del testigo. Los abogados deben respetar los límites éticos a los que están sujetos, y también es importante observar lo dispuesto en el artículo 4.3 de las Reglas de la IBA y los artículos 11, 21 y 23 de las Directrices de la IBA.
- **Oportunidad de presentación:** Se recomienda que las declaraciones escritas se presenten junto con las alegaciones iniciales, y la respuesta correspondiente con las

declaraciones que hagan referencia a las primeras (Anexo I.2.iii; Anexo III.2.i). Es posible enmendar las declaraciones escritas junto con la réplica o dúplica en caso de que se incorporen nuevos hechos o temas a las actuaciones, de conformidad con el artículo 4.6 de las Reglas de la IBA (Anexo III.2.j). El modelo de calendario de actuaciones ejemplifica este enfoque (Anexo II).

- **Solicitud de interrogatorio de testigos en la audiencia.**

Como regla general, la audiencia se limita a los testigos cuya declaración fue presentada por las partes. La audiencia debe ser solicitada oportunamente, y el calendario de actuaciones sugerido ejemplifica ello. En la solicitud, la parte deberá indicar qué testigo(s), cuya declaración escrita fue presentado por la otra parte, pretende interrogar en la audiencia. El Tribunal Arbitral podrá ordenar el interrogatorio de testigos de oficio o, justificadamente, a solicitud de la parte que presentó la declaración escrita de dichos testigos. El hecho de que una parte no solicite interrogar a un testigo en particular no implicará la aceptación de la declaración escrita aportada a las actuaciones, la cual deberá ser valorada por el Tribunal Arbitral sobre la base del conjunto de pruebas.

- **Comparecencia de testigos en la audiencia.** Cada parte será responsable de la comparecencia de los testigos cuya declaración escrita haya aportado y cuyo interrogatorio haya solicitado la otra parte. Es posible, sin embargo, que las partes soliciten al Tribunal Arbitral que adopte las medidas necesarias para citar a un testigo que no esté bajo su control, presentando las justificaciones para ello y demostrando la pertinencia y proporcionalidad de la prueba (Reglas de la IBA, artículo 4.9).

- **Ausencia de testigos.** La declaración escrita debe ser desestimada si el testigo no comparece a la audiencia para ser interrogado, excepto en circunstancias excepcionales y con una decisión motivada del Tribunal Arbitral. El no haber formulado una solicitud de comparecencia de un testigo no implica conformidad con el contenido de su declaración. La omisión injustificada de la presentación de un testigo que se encuentre bajo la autoridad de la parte que ofreció su declaración puede dar lugar a que el Tribunal Arbitral extraiga inferencias negativas. El tema se aborda en el punto 2(o) del Anexo III.
- **Contenido de la declaración.** La declaración escrita debe redactarse de manera que el Tribunal Arbitral comprenda adecuadamente las circunstancias analizadas. Debe incluir la identificación del testigo, su relación con las partes, una descripción detallada de los hechos (basada en la percepción directa), la referencia a documentos de apoyo, el idioma, una declaración de veracidad y la firma con la fecha y el lugar. Un modelo de declaración escrita con directrices para su uso está disponible en el Anexo IV.
- **Declaración del Representante Legal.** El representante legal de una parte deberá presentar declaración escrita y deberá ser interrogado como testigo de los hechos, de conformidad con el art. 4.2 de las Reglas de la IBA por el punto 2(g) del Anexo III.
- **Factsports:** En la presentación del llamado “testigo híbrido” (“*factsport*”), es decir, quien tiene conocimiento de los hechos y también cuenta con la información técnica sobre lo sucedido, es importante que la declaración escrita distinga claramente entre los hechos y la opinión técnica expresada, según el punto 2(f) del Anexo III.

- **Informes técnicos.** El uso de declaraciones escritas está estrechamente vinculado a la presentación sistemática de informes técnicos por parte de los “peritos o expertos de parte”, que pueden incorporarse a las actuaciones al mismo tiempo que las declaraciones escritas, debiendo considerarse el uso conjunto de dichos instrumentos. Aunque el *Working Group* no ha tratado en detalle la evidencia técnica, el modelo de calendario de actuaciones fue diseñado para que los informes y declaraciones testimoniales se presenten juntos, aportando eficiencia al proceso.

04. REALIZACIÓN DE LA AUDIENCIA

- **Secuencia de interrogatorios.** El interrogatorio comenzará con la confirmación (y la corrección de cualquier error) de la declaración escrita del testigo, que, por regla general, sustituye al testimonio directo, es decir, el testimonio presentado por los abogados de la parte que lo ofreció. Excepcionalmente, la declaración escrita podrá complementarse con el interrogatorio directo del testigo. Posteriormente, la parte contraria realizará el contrainterrogatorio (*cross-examination*) del testigo, para luego pasar a las repreguntas (*re-direct*) de la parte que ofreció al testigo. El Tribunal Arbitral también podrá formular preguntas a los testigos, las cuales se recomienda sean formuladas al final.
- **Alcance del contrainterrogatorio (*Cross-examination*):** El alcance del contrainterrogatorio debe limitarse, en principio, al contenido de la declaración escrita. No obstante, el Tribunal Arbitral podrá ampliar el alcance a temas no abordados en la declaración escrita, especialmente si existe un vínculo entre el testigo y hechos o documentos relevantes

para la controversia. Este tema se abordó en el punto 2(k) del Anexo III.

- **Alcance de las repreguntas.** En cuanto al interrogatorio de respuesta (repreguntas o redirect), la regla general es que las preguntas deben limitarse al contenido del interrogatorio realizado por la parte contraria y a las preguntas formuladas por el propio Tribunal Arbitral.
- **Preguntas inductivas (Leading Questions).** El uso de preguntas inductivas durante el contrainterrogatorio está permitido y sirve como mecanismo de equilibrio respecto a la libertad de la otra parte para participar en la preparación del testimonio del testigo que indicó. Esta práctica es aceptada en arbitrajes internacionales y es compatible con el artículo 459 del Código Brasileño de Procedimiento Civil. Este tema se aborda en el punto 2.(l) del Anexo III.
- **Inexistencia de impugnación del testigo.** Conforme al ítem 2(m) del Anexo III, se recomienda que las cuestiones relacionadas con la idoneidad, imparcialidad, relación del testigo con las partes u otros aspectos normalmente sujetos a impugnación en la práctica judicial brasileña sean abordadas en el ámbito del contrainterrogatorio, bajo el control del Tribunal Arbitral.

Observaciones finales: Esta lista de verificación y los modelos que la acompañan fueron diseñados como herramientas educativas y prácticas, con el objetivo de facilitar la adopción de un procedimiento que, aunque no tradicional en Brasil, ofrece beneficios significativos en términos de predictibilidad y eficiencia.

DOCUMENTOS DE APOYO

Versión Word

Los modelos en formato Word se encuentran en el siguiente enlace:



Visite: https://linktr.ee/ciarbbrazil_

ciarb.
Brazil Branch


CIARB BRAZIL **TOOLKIT ON WRITTEN** **WITNESS STATEMENTS:**

*Terms of reference, procedural order,
schedule and witness statement*



Published on:
October 2025

Production:
Ciarb Brazil Branch's
Working Group

Contact:
secretary@ciarb-brazil.org
 [@ciarb.brazil](https://www.instagram.com/ciarb.brazil)

SUMMARY

Timeline	69
The Project	70
Note to the Translated Version	71
Coordination Team	72
Translation Team	72
Members of the Working Group	73
Annex I – Model Clause for Terms of Reference	74
Annex II – Procedural Timetable	77
Annex III – Draft Provisions for Procedural Order regulating witness statements	81
Annex IV – Model witness statement	87
Annex V – Witness statement checklist	91
Support documents	98

TIMELINE

- **05.05.2024** – Presentation of the project on written witness statements by the Education Officers to the President of Ciarb Brazil Branch.
- **15.05.2024** – First open meeting: Identifying challenges with witness statements in arbitration (@CBMA)
- **18.06.2024** – Second Open Meeting: Comparative Debates in Latin America and in the US (@Hub LDCM)
- **27.08.2024** – Third Open Meeting: Technical and Procedural Issues (@CAM-CCBC)
- **02.09.2024** – Beginning of international survey on written witness statements in arbitration
- **27.09.2024** – Fourth open meeting: Interaction with other types of evidence (@FIESP/CIESP)
- **16.10.2024** – Public Event: International Perspective on Written Witness Statements (SPAW @Demarest)
- **27.05.2025** – Approval of the Coordination Team's preliminary report
- **27.05.2025** – Approval of the international survey report
- **27.05.2025** – Constitution and start of the Working Group
- **14.08.2025** – First meeting of the Working Group
- **29.08.2025** – Second meeting of the Working Group
- **25.09.2025** – Third meeting of the Working Group
- **03.10.2025** – Approval of the Working Group's report

THE PROJECT

In 2024, Ciarb Brazil Branch commenced an institutional project dedicated to the study of written statements of fact witnesses in Brazilian domestic arbitration and in international arbitration. This topic was chosen because of the growing adoption of this tool in Brazilian arbitrations, especially in more complex cases or in cases influenced by international practice. The project sought to promote a diverse and technical debate, with a view to identifying best practices, regulatory gaps, and the use of international practices for the taking of evidence that may also be useful and efficient in the Brazilian domestic practice.

In addition to four open meetings led by experts,¹ the Ciarb Brazil Branch conducted an international survey to determine, from a broad perspective, how professionals located in different jurisdictions view and use written witness statements.

The present document is the result of that work and intends to contribute to the Brazilian arbitration practice. Its annexes consist in draft arbitration agreement clauses, rules to be inserted in procedural orders, and a proposed procedural timetable. In this sense, the Coordination Team believes that the development of a toolkit on the use of witness statements is more useful than developing general guidelines on the subject. This document also includes, at the end, a template of witness statements and a check-

¹Speakers included: Adriana Braghetta, Alex Wilbraham, Amanda Sampaio, Catarina Monteiro, Cristián Conejero Roos, Daniel Barbosa, Eduardo Terashima, Jeffrey Rosenthal, João Lessa, Leandro Caputo, Lilian Bertolani, Mairee Uran Bidegain, Maria Inés Corrá, Marie-Isabelle Delleur, Natália Mizrahi Lamas, Patrícia Kobayashi, Rafael Gagliardi, Renata Steiner, Silvio Simonaggio, Stefan Kröll, Tatiana Ferri and Thiago Marinho Nunes.

list for the use of the models included here.

These models were based on drafts initially prepared by the Coordination Team following the results of the initial stages of this project (in particular, the open meetings and the international survey). However, the models were vetted by a Working Group that was given full independence to review, adjust, or replace the initial drafts, and to decide on the convenience of preparing any public recommendations based on its conclusions. The Working Group was also asked to prioritize clarity, flexibility and compatibility with contemporary best practices.

The result is below, with practical solutions that, we hope, are useful, clear and adjusted to the reality of both international arbitration and Brazilian domestic arbitration.

NOTE TO THE TRANSLATED VERSION

This version was prepared exclusively by the Translation Team, under the supervision of the Coordination Team and without the involvement of the Working Group. The official version of the Toolkit is the Portuguese-language version prepared and approved by the Working Group.



COORDINATION TEAM

Cristina M. Wagner Mastrobuono (Ciarb Brazil Branch President)

Lucas V. R. da Costa Mendes (Ciarb Brazil Branch Director of Education)

Bernard Potsch (Ciarb Brazil Branch Vice Director of Education)

Lucila Carvalho (Ciarb Brazil Branch Director of Communication)

Pedro Martini (Ciarb Brazil Branch Vice Director of Communications)

Joana Egypt (Official Rapporteur)



TRANSLATION TEAM

Bruno Hellmeister Lico Canal (Ciarb Brazil Branch Young Members Group President)



MEMBERS OF THE WORKING GROUP

Anna-Katharina Scheffer da Silveira

Gustavo Birenbaum

Marcela Kohlbach

Paula Costa e Silva

Rafael Gagliardi

Renato Beneduzi

Ricardo Aprigliano

Tatiana Mesquita

Thiago Marinho Nunes

Vitor de Paula Ramos





ANNEX I

MODEL CLAUSE FOR TERMS OF REFERENCE

01. INTRODUCTION

Through the Terms of Reference, parties further detail, adjust, or develop the arbitration agreement – an “addendum” in the words of Article 19(1) of the Brazilian Arbitration Law. Practice has demonstrated its importance for the development and efficiency of the arbitration proceeding. Negotiating it, however, is no trivial task. Parties are therefore encouraged to include a clause with objective language that the Arbitral Tribunal can apply with flexibility.

02. DRAFT PROVISIONS FOR THE TERMS OF REFERENCE

- i. The taking of evidence shall be conducted pursuant to the IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration (“IBA Rules”) and the IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration (“IBA Guidelines”), where applicable.
- ii. The Parties shall produce witness evidence through written statements, as specified by the Arbitral Tribunal.

iii. Unless otherwise determined by the Arbitral Tribunal, witness statements must be submitted with the Statement of Claim and Statement of Defense.

iv. A party has the right to cross-examine any witness whose written statement was submitted by the opposing party, including by means of leading questions, within the limits defined by the Arbitral Tribunal.

v. Unless otherwise determined by the Arbitral Tribunal, during the cross-examination of a witness that submitted a written statement, questions will be limited to the topics covered in that witness's written statement.

03. COMMENTARY

The proposal seeks to reduce the potential for disagreements between the Parties, while also providing guidance to the Tribunal and more clarity on the use of witness statements. Therefore, the Working Group opted for language that is less detailed and that grants the Arbitral Tribunal more discretion to decide on the specific application of the rules, aiming to protect the validity of the arbitral award. The text also reflects the Working Group's decision to, in principle, limit cross-examination to the scope of the witness statement, except when the Arbitral Tribunal concludes that questions beyond this scope are admissible because of the relationship between the witness and the relevant facts or documents. The option for a single, modular clause, with subitems, also allows parties to pick-and-choose items, without affecting the effectiveness of the model clause. The parties may, therefore, adopt only items "i" and "ii", leaving out details related to the timing of submission and the scope of cross-examination. The proposal also makes no reference to requests for the production of documents or

the use of party-appointed experts, given that these issues are outside the scope of this Working Group's mandate. Considering the importance of the IBA Rules to arbitration practice, the Working Group decided to expressly refer to them in item "i" as general guidelines for taking of evidence, allowing the proposal of model clauses for these other types of evidence in the future, which may easily supplement the model proposed here.

ANNEX II

PROCEDURAL TIMETABLE

01. INTRODUCTION

The results of our survey² indicate two main options of procedural schedules: (i) witness statements may be presented with the first written submission, but can be subsequently supplemented with revised or additional statements in response to new allegations or documents³; and alternatively (ii) witness statements may be presented after parties have exchanged written submissions and, in some cases, engaged in document productions, in which case the witness statements should be focused only on disputed facts established by the Arbitral Tribunal. The Working Group was of the opinion that the first option is more efficient than the second and is therefore the one used for the model procedural timetable proposed below.

The timetable must be included in the Terms of Reference, preferably in the draft that the Arbitral Tribunal submits to the parties. Alternatively, the timetable may be determined in a Procedural Order – but, in any event, we recommend that this matter be settled in the early stages of the proceedings for greater efficiency.

²Available at <https://linktr.ee/CIArbBrazil>.

³Although this procedure may also apply to party-appointed experts, allowing the taking of evidence to take place concomitantly with the pleading stage, issues relating to expert evidence fall outside the scope of the Working Group.

It should be noted, however, that the adoption of the timetable for each arbitration proceeding must take into account the peculiarities of the specific case and the flexibility inherent in arbitration.

02. MODEL TIMETABLE

Phase	Procedural Act	Suggested deadline
1	Claimant's Statement of Claim (submitted with documents and witness statements)*	D+60
2	Respondent's Statement of Defense (submitted with documents and witness statements)*	D+120
3	(Possible document production phase)**	n/a
4	Reply (submitted with additional documents, as well as any revised or additional witness statements, in accordance with art. 4.6 of the IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration)	D+150

Phase	Procedural Act	Suggested deadline
5	Rejoinder (submitted with additional documents, as well as any revised or additional witness statements, in accordance with art. 4.6 of the IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration)	D+180
6	Identification of witnesses for cross-examination***	D+195
7	Pre-hearing conference	D+210
6	Evidentiary hearing	D+240
7	Post-hearing submissions	To be defined at hearing
8	Submission on costs	To be defined at hearing
9	Arbitral award	60 days after post-hearing submissions

* If the parties opt to rely on party-appointed experts, they may also submit expert reports at this moment.

** If the parties opt for document productions.

*** Witnesses whose cross-examinations are sought and witnesses who are beyond the control of the parties, as provided in item 2(p) of Annex III.

03. COMMENTARY

The timetable may require adjustments in the event of counter-claims.

The rules applicable to each arbitration proceeding must be taken into account. Typically, when the taking of evidence takes place concomitantly with the pleading stage, the proceeding may be concluded within one year from the signing of the Terms of Reference.



ANNEX III

DRAFT PROVISIONS FOR PROCEDURAL ORDER REGULATING WITNESS STATEMENTS

01. INTRODUCTION

The joint use of witness statements with the IBA Rules and IBA Guidelines solves most of the practical issues that may arise.

The report of the survey⁴ indicates that this issue is sufficiently addressed in the IBA Rules and in the IBA Guidelines. However, these sets of rules may be unfamiliar to practitioners with less experience in international proceedings. It may be helpful for the Arbitral Tribunal to issue a procedural order regulating witness statements, not only for predictability, but also for educational purposes. The reference to the IBA Rules in the draft procedural order provisions proposed below is not intended as a derogation of the IBA Rules in any manner; they are instead intended to clarify how the IBA Rules work in practice and provide additional guidance to users of witness statements.

The parties may alternatively include the draft provisions below in the Terms of Reference. In any event, both parties and arbitrators must be careful with provisions inserted in procedural orders and terms of reference, especially if they deviate from the IBA Rules, in order to avoid conflicting rules.

⁴Available at <https://linktr.ee/CiArbBrazil>.

02. DRAFT PROVISIONS FOR PROCEDURAL ORDERS

a. Guidelines on the Taking of Evidence

i. [Option 1 – If the model provision has been included in the Terms of Reference]. In the Terms of Reference, the parties agreed to apply the IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration to any evidentiary issues. The taking of evidence in this arbitration proceeding will follow the procedures determined in those Rules, including the use of witness statements. In deciding issues related to the conduct of the parties during the taking of evidence, the Tribunal will also take guidance from the IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration, including Guidelines 11 and 20 to 24 concerning the preparation of witness statements.

ii. [Option 2 – If the model provision has not been included in the Terms of Reference]. The Tribunal will apply the IBA Rules on the Taking of Evidence in International Arbitration to any evidentiary issues, which include the use of written statements by the parties. Additionally, during the taking of evidence, the Tribunal will consider the standards of conduct in the IBA Guidelines on Party Representation in International Arbitration, in particular with regard to the preparation of written statements.

b. Single regime. Both parties agree to submit written statements under the same rules. They may not use this tool unilaterally.

c. Content and form of witness statements. Consistent with Art. 4.5 of the IBA Rules, witness statements must contain: (i) identification of the witness; (ii) relationship with the parties; (iii) description of the facts based on direct perception; (iv) docu-

ments on which the testimony is based, if not already submitted; (v) language of the testimony; (vi) affirmation of truth; (vii) place, date and signature.

d. Completeness of the statements. The witness statement must clearly cover all relevant facts within the witness's direct knowledge. If the witness statement unjustifiably omits central topics that were reasonably expected to be raised, the opposing party may address such facts during cross-examination, even if absent from the statement, and the Tribunal may draw negative inferences.

e. Prior contact with witnesses. Parties and their attorneys are allowed to interview and provide guidance to their witnesses prior to the submission of witness statements, including by sharing relevant documents, as long as the final content reflects exclusively the witness's recollection and personal impressions. Any form of inducement, suggestion of a different version of the facts, or interference with the witness's knowledge is prohibited. Attorneys are required to respect applicable ethical and other professional duties, as well as Art. 4.3 of the IBA Rules and Arts. 11, 21 and 23 of the IBA Guidelines. The Tribunal may, at its discretion, disregard part or the entirety of the witness statement, and consider other sanctions, including those of an ethical and professional nature.

f. Witnesses with technical expertise. Witnesses with technical training, who also have direct knowledge of the relevant facts, may provide witness statements, provided they clearly distinguish between testimony based on knowledge of facts and testimony based on technical opinion, with due regard to the provisions in Arts. 4 and 5 of the IBA Rules.

g. Parties' legal representatives. Consistent with Art. 4.2 of the IBA Rules, a party's legal representative may provide witness statements as a fact witness and may be present for the entire hearing. The testimony will be weighed by the Arbitral Tribunal and should preferably be provided at the beginning of the hearing.

h. Documents attached to the statements. Consistent with Art. 4.5(b) of the IBA Rules, the witness statements must be accompanied by all supporting documents that have not already been submitted. Unjustified omissions may be taken into account when weighing the evidence.

i. Timing of submission. Witness statements should be submitted at the earliest opportunity⁵.

j. Adjustments and additions to the witness statements. A statement may be adjusted or supplemented exclusively in the Reply or Rejoinder,⁶ in response to new facts, arguments, or documents raised after its preparation, including after document productions (Art. 4.6 of the IBA Rules).

k. Scope of examination. Cross-examination will focus on topics covered in witness statements, but the Arbitral Tribunal may exa-

⁵ As shown in the model in Annex II, we recommend specifying timing of submission in the schedule.

⁶ As shown in the model in Annex II, we recommend specifying timing of submission in the schedule.

mination for good cause shown, when there is a link between the witness and relevant facts or documents.

I. Use of leading questions. Parties may use leading questions in cross-examination, subject to the control of the Arbitral Tribunal, consistent with Art. 8.3 of the IBA Rules.

m. Challenge of witnesses through cross-examination. There will be no specific submission for challenging witnesses whose written statements have been presented (e.g., *contradita de testemunha* or *tacha de testigo*). Any issues related to a witness's credibility, impartiality, relationship with the parties, or other aspects of witness testimony normally subject to challenge shall be addressed during cross-examination, subject to the control of the Arbitral Tribunal.

n. Negative inference resulting from omission in the production of evidence. If a party fails to present a witness or evidence under its control, or unjustifiably omits a relevant topic from a witness statement, the Arbitral Tribunal may draw negative inferences when weighing the evidence. Consistent with Art. 9.7 of the IBA Rules, such an inference does not displace rules on burden of proof, but constitutes a factor in the analysis of the parties' conduct during the taking of evidence.

o. Failure to appear. Consistent with Art. 4.7 of the IBA Rules, if a witness does not appear at the hearing, the Arbitral Tribunal will disregard that witness's written statements unless the Arbitral Tribunal decides otherwise due to exceptional circumstances.

p. Witnesses without written statements. If any party requests the oral examination of a witness that has not presented any written statement, the Arbitral Tribunal may decide on that witness's appearance at the hearing, based on the relevance, usefulness and proportionality of the evidence sought.

ANNEX IV

MODEL WITNESS STATEMENT

01. RECOMMENDATIONS

The draft below was prepared to serve as a model for written statements of fact witnesses, in accordance with the guidelines of the IBA Rules and the best practices discussed during Ciarb Brazil Branch meetings. To provide testimony that will be truthful, complete, accurate, and useful for the Arbitral Tribunal's decision, parties are advised to follow these guidelines when drafting witness statements:

- **Authenticity of the testimony.** The statement must reflect exclusively the witness's knowledge, based on their memory and personal perception of the facts. A party and its attorneys may interview and prepare the witness, but they must not interfere with or suggest changes to the substantive content of the testimony.
- **Completeness and clarity of testimony.** The statement must be prepared so that the circumstances discussed are fully understood by readers, especially the Arbitral Tribunal. The topics must be addressed in a clear, structured, complete, and detailed manner, and we recommend including reference to documents supporting the facts and their circumstances.
- **Personal and legible style.** The writing should follow the witness's natural style, including oral traits, specific vocabulary,

and syntactic structures typical of their form of expression. This increases credibility and allows for a better assessment of the spontaneity of the narrative.

- **Paragraph numbering.** To facilitate reference during the hearing and cross-examination, all paragraphs of the statement should be numbered sequentially, respecting the structure of the sections of the model.
- **Reference to documents.** Whenever a witness relies on documents, these should be identified in the text of the statement and presented as exhibits to the statement itself, even if repeated, using specific identification references for the exhibits to the written statement itself. We recommend including the witness's CV as the first exhibit.
- **Separation of facts and opinions.** Witnesses must limit themselves to narrating facts that they witnessed or of which they have direct knowledge. If they have technical training and give technical opinions ("factsperter"), these must be clearly identified as to distinguish between opinions and factual descriptions.
- **Revisions and additions.** Once submitted, the witness statement may only be adjusted in exceptional circumstances, especially after document productions, and in accordance with the rules established in the Terms of Reference and the Procedural Order.
- **Language and signature.** The witness statement must contain a declaration of the language in which it was originally written, a statement of veracity, place, date, and the witness's signature. The witness must indicate whether they

are able to testify at a hearing in the language of the written statement without such assistance.

02. MODEL WITNESS STATEMENT

WRITTEN STATEMENT SUBMITTED BY WITNESS CALLED BY [*] IN THE ARBITRATION PROCEEDING [IDENTIFICATION NUMBER]

.I. Introduction

1. Full name, Address
2. Statement about the witness's past or present relationship with the parties.
3. Brief description of the witness's professional history, training and experience, preferably attaching a CV.

.II. The facts under my knowledge

4. [* - Use this formatting and keep paragraphs numbered]
5. Complete and detailed description of the facts and the source of the information (reference to documents on which the witness relies, following any rules established in the arbitration proceedings for submission of exhibits).

.III. Closing declarations

6. I declare that all information contained in this statement is true, based on my memory and personal experience.

7. I declare that this statement was originally written in [language].

8. I am aware that I may be called to a hearing and asked questions by the parties and the Arbitral Tribunal. I reserve the right to answer those questions in [language] during the hearing.

Place and date

Signature



ANNEX V

WITNESS STATEMENT CHECKLIST

This checklist is intended to assist lawyers and arbitrators in applying the model clauses, draft procedural rules, and proposed timetables resulting from Ciarb Brazil Branch's work. The checklist was also designed to assist the parties in preparing witness statements using the model in Annex IV. The checklist summarizes the best practices and issues discussed by the Working Group and aims to promote the efficient use of witness statements.

01. DECISION AND MODEL CLAUSE

- **Moment of Decision:** The decision to use witness statements must be made in the Terms of Reference or in Procedural Order No. 1 (OP No. 1). The model clause for Terms of Reference (Annex I) was designed to be simple and easy to negotiate, while the details of the procedure are addressed in the draft provisions for OP No. 1 (Annex III).
- **Power of the Arbitral Tribunal:** In case of disagreement between the parties, the Arbitral Tribunal has the authority to determine use of witness statements. We recommend using the draft provisions for OP No. 1 (Annex III) to regulate the procedure, in addition to other matters the Arbitral Tribunal deems appropriate. If all parties object to the use of witness statements, we recommend that the Arbitral Tribunal refrain from determining the use of witness statements.

- **Model clause for the Terms of Reference:** The model clause for the Terms of Reference offers a modular structure, so that the parties can completely remove the items they do not intend to apply without distorting the model. However, we recommend adopting at least items "i" and "ii" of the model clause for the Terms of Reference (Annex I), providing for written statements and the application of the IBA Rules and of the IBA Guidelines.
- **Joint use of the same procedure for witness evidence:** The procedure for using witness evidence must be the same for all parties, pursuant to item 2."b" of Annex III. The use of witness statements by only one of the parties is not advisable because it could lead to inequalities and expose the arbitration proceeding to risks of annulment.

02. REGULATORY FRAMEWORK

- **Use of IBA Rules and IBA Guidelines:** We recommend applying the IBA Rules to issues related to witness statements and other forms of evidence (though Ciarb Brazil Branch has not addressed the latter at this time) (Annex I.2"i"; Annex III.2."a"). The reference to these rules is educational and pragmatic. They provide a framework to this type of evidence and solve most of the problems that may arise with the use of witness statements. Even if there is no explicit reference to the IBA Rules, the Arbitral Tribunal may use them to provide guidance to the parties. These rules may be useful for other types of evidence as well.

- **Standard of conduct.** We also recommend that the Arbitral Tribunal clarify its use of the IBA Guidelines as a standard of conduct during the taking of evidence, especially with regard to the preparation of witness statements, pursuant to Annex III.2."a" – bearing in mind however that, even if there is no explicit reference to the IBA Guidelines, the Arbitral Tribunal may use them to provide guidance to the parties.
- **Risk of Exclusion:** The exclusion of the IBA Rules increases the risk of inefficiency or misuse of witness statements. If the parties decide to exclude them, it may be necessary to regulate important aspects of the procedure, such as content, form, and consequences of the absence of the witness, in addition to many other topics covered in the IBA Rules.

03. CONTENT AND PROCEDURE

- **Prior contact with witnesses.** The parties and their attorneys may interview and guide witnesses they have presented in the preparation of their witness statements, provided that the final content reflects exclusively the witness's memory and personal perception. Attorneys must respect the ethical limits to which they are subject, and it is also important to observe the provisions of Article 4.3 of the IBA Rules and articles 11, 21 and 23 of the IBA Guidelines.
- **Timing of Submission:** We recommend submitting witness statements with the statement of claim and the statement of defense, and including references to the witness statements in the legal briefs (Annex I.2.iii; Annex III.2.i). It is possible to supplement the statements in Reply or Rejoinder in the event of new facts or themes introduced in the record, pursuant to

article 4.6 of the IBA Rules (Annex III.2.j). The model timetable reflects this approach (Annex II).

- **Calling the witnesses for examination at the hearing:** As a general rule, the hearing is limited to witnesses whose statements were submitted by the parties. A witness must be called to the hearing at an appropriate time, and the proposed timetable includes such an opportunity. In the request, the party must indicate which witnesses whose statements were presented by the other party it intends to examine at the hearing. The Arbitral Tribunal may order the examination of witnesses *ex officio* or, justifiably, at the request of the party who presented the witness. The fact that a party did not request the examination of a particular witness shall not imply acceptance of the testimony submitted, which must be assessed by the Arbitral Tribunal based on the totality of the evidence in the record.
- **Witness appearance at hearing.** Each party shall be responsible for the attendance of any witness whose statement(s) it has submitted and whose examination has been requested by the other party. However, the parties may ask the Arbitral Tribunal to take the necessary measures to summon a witness that is not under the parties' control, presenting the justifications for this request and demonstrating the relevance and proportionality of the evidence (IBA Rules, art. 4.9).
- **Absence of a Witness:** If a witness fails to appear at the hearing for examination, that witness's statement(s) must be disregarded, except in exceptional circumstances and with a reasoned decision by the Arbitral Tribunal. The fact that a party did not request the examination of a particular witness shall not imply acceptance of the content of the testimony.

The unjustified failure to appear of a witness that is under the control of a party may lead the Arbitral Tribunal to draw negative inferences. The topic is addressed in item 2(o) of Annex III.

- **Content of the Statement:** The witness statement must be prepared so that the circumstances discussed are properly understood by the Arbitral Tribunal. It must include an identification of the witness, the witness's relationship to the parties, a detailed description of the facts (based on direct perception), reference to supporting documents, a declaration of the language, a declaration of truthfulness, and the witness's signature with the date and place of signing. A model statement and additional guidelines are available in Annex IV.
- **Statement by the Legal Representative:** A party's legal representative must present a written statement and must be examined as a fact witness, consistent with Art. 4.2 of the IBA Rules and item 2(g) Annex III.
- **Factsports:** Parties may present the so-called "hybrid witness" ("factsport"), i.e., an individual with knowledge of the facts, in addition to technical expertise. It is important that the witness statement clearly distinguish between the facts and any technical opinion expressed, as per item 2(f) of Annex III.
- **Technical reports.** Because witness statements may be submitted at the same time as reports by party-appointed experts, they are closely linked and therefore parties must consider their interaction and joint use. Although the Working Group has not dealt with expert evidence in detail, the model timetable is based on the premise that expert reports and witness statements are submitted together, bringing efficien-

cy to the process.

04. CONDUCTING THE HEARING

- **Sequence of hearings.** The examination will begin with the confirmation of (and correction of any errors in) the witness statement, which, as a rule, replaces direct examination by the party that presented the witness. Exceptionally, the witness statements may be supplemented through direct examination. The opposing party may then cross-examine the witness, and the party that presented the witness may conduct redirect examination. The Arbitral Tribunal may also ask questions to the witness – we recommend that the Tribunal’s questions be asked at the end of the examination by the parties.
- **Scope of Cross-Examination:** The scope of cross-examination should be limited, in principle, to the topics of the witness statement. The Arbitral Tribunal may, however, expand the scope to topics not addressed in the witness statements, especially if there is a link between the witness and facts or documents relevant to the dispute. This topic is addressed in item 2(k) of Annex III.

- **Scope of redirect:** The general rule is that redirect questions must be limited to the content of the cross-examination and the Tribunal's questions.
- **Leading Questions:** Parties are allowed to use leading questions in cross-examination, which serve as a counterbalance to the other party's participation in the preparation of the statement of the witness it presented. This practice is accepted in international arbitrations and is compatible with Article 459 of the Brazilian Code of Civil Procedure. This topic is addressed in item 2.(l) of Annex III.
- **Absence of Challenges:** As per item 2(m) of Annex III, we recommend that issues related to credibility, impartiality, the witness's relationship with the parties or other aspects normally subject to challenges in Brazilian court proceedings be addressed through cross-examination, under the control of the Arbitral Tribunal.

Final Remarks: This checklist and the accompanying models were designed as educational and practical tools, with the aim of facilitating the adoption of a procedure that, although not traditional in Brazil, offers significant benefits in terms of predictability and efficiency.

SUPPORT DOCUMENTS

Word version

You may find all models in Word format at the link below:



Visit: https://linktr.ee/ciarbbrazil_



ciarb.

Brazil Branch



[ciarb.brazil](#)



secretary@ciarb-brazil.org